

# Panorama

Editor: Igor Natusch  
igor@jornaldocomercio.com.br

## POLÍTICAS PÚBLICAS

# Mudanças do Prêmio Minuano geram polêmica

Adriana Lampert  
adriana@jornaldocomercio.com.br

Se, por um lado, a retomada do Prêmio Minuano de Literatura – após sua suspensão em 2023 – é um alento para a comunidade literária do Rio Grande do Sul; por outro, o regulamento da edição de 2024 foi recebido com surpresa pelas entidades representantes do setor. Lançado pela Secretaria de Estado da Cultura (Sedac/RS), no início de junho, o edital da premiação, cujas inscrições online estão abertas até o dia 24, está sendo contestado por excluir seis categorias literárias (Especial, Crônica, Texto Dramatúrgico, Histórias em Quadrinhos, Ilustração e Tradução), além de fundir outras duas (Literatura infantil e Literatura juvenil).

Segundo as normas, serão reconhecidos autores nascidos ou residentes no Rio Grande do Sul, que podem concorrer com livros publicados em primeira edição nos anos de 2022 e 2023, nas categorias Narrativa longa, Narrativa curta, Poesia, Infantil/juvenil e Não ficção. Cada vencedor receberá um troféu e R\$ 5 mil, com exceção daquele que, entre os vencedores, for eleito Livro dos Anos 2022 e 2023 (que receberá duas premiações, portanto R\$ 10 mil), totalizando R\$ 30 mil em prêmios.

“A premiação em valores financeiros é bem-vinda, neste momento em que, traumatizada pelas inundações, a sociedade rio-grandense procura reconstruir o Estado, onde tantas escritoras e escritores foram pessoalmente atingidos (pelas enchentes) bem como seus familiares”, afirma, em carta aberta à comunidade, a Associação Gaúcha de Escritores (Ages). “No entanto, lamentamos a redução das categorias literárias da premiação, especialmente neste momento em que toda a cadeia do livro foi duramente atingida, com perdas para as autoras e autores, para as bibliotecas, sepultando grande parte da história sobre a

literatura do Rio Grande do Sul, para as editoras e para as livrarias que viram seus depósitos inundados”, continua o texto.

Para além da Ages, outras oito entidades (Academia Rio-Grandense de Letras, Associação de Quadrinistas do Rio Grande do Sul, Colegiado Setorial do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, Departamento de Artes Dramáticas da Ufrgs, Grafistas Associados do Rio Grande do Sul e Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do RS) e três frentes parlamentares (do Livro e Leitura de Porto Alegre, do Livro e Leitura do Estado e do Livro, Leitura e Escrita) estão articuladas para reverter a decisão, ocorrida ainda durante a gestão do atual diretor do Departamento de Livro, Leitura e Literatura da Sedac/RS, Benhur Bortolotto, na época em que dirigia o Instituto Estadual do Livro (IEL).

“Alertamos para as dificuldades causadas por essas decisões, pedimos uma abertura de diálogo, para que possamos apresentar nossos argumentos”, destaca a carta aberta da Associação de Escritores e Ilustradores de Literatura Infantil e Juvenil (AEILIJ). “Crianças e jovens são públicos bastante distintos, estando consagrada, nas principais premiações nacionais e estrangeiras, a divisão das categorias. Juntar ambas é prejudicar não somente as duas, mas uma miríade de profissionais envolvidos, tanto na elaboração, quanto na escolha das obras em âmbito nacional. Ainda de acordo com a AEILIJ, “o mesmo pode-se dizer no tocante à ilustração dos livros para infância e juventude, demandando a categoria específica que seu prêmio assim já contemplava, ecoando o que já realizam os mais destacados certames. A narrativa visual na literatura para a infância e juventude exerce um papel da maior importância. Ela concorre ao lado das narrativas textuais para uma amplificação dos sentidos e das leituras possíveis.”

A entidade ainda destaca que



Exclusão e fusão de categorias foram vistas com desagrado por entidades ligadas ao livro no Estado

a exclusão dos gêneros Crônica e Literatura Dramatúrgica, antes contemplados pelo prêmio, “representa prejuízo a amplos setores da criação literária em geral”, que deixam de ter a possibilidade de ver seus trabalhos examinados por um júri de qualidade.

Na visão do conselheiro do Conselho Municipal do Livro e Leitura de Porto Alegre (CMLL), Alexandre Brito, a fusão “indiscriminada das categorias Infantil e Juvenil” é apenas um dos “retrocessos” da sexta edição do Prêmio Minuano. “Desde quando foi criada, a premiação havia acrescentado no caminho categorias importantes, como a de Histórias em Quadrinhos (visto que muitas pessoas iniciam sua jornada na leitura por este segmento), e outras relevantes, como a de Tradução, que é a porta de acesso à literatura estrangeira, bem como as demais categorias extintas, que também são de uma potência muito grande, a exemplo do Texto Dramatúrgico e da Crônica”, observa, frisando que não houve, por parte do IEL e da Sedac, “nenhum diálogo com a sociedade civil”.

Na mesma linha de pensamento, a autora, ilustradora e cartunista Mauren Veras sinaliza que “uma premiação que pretende valorizar a produção de qualquer forma de cultura, como é o caso do Prêmio Minuano, precisa evoluir e não andar para trás”. “É o que parece que está acontecendo quando pretendem fundir as categorias Infantil e Juvenil, que possuem especificidades distintas. Excluir a categoria de Histórias em Quadrinhos é outro grande atraso! É ruim pra todo mundo: para quem lê, para quem produz e para o mercado. Toda a cadeia do livro sai perdendo.”

“Não podemos perder o formato de prêmio que se consolidou, que era reconhecido e celebrado inclusive fora do Rio Grande do Sul”, pontua a dramaturga e pesquisadora Elisa Lucas. Ela avalia ainda que a exclusão da categoria Texto Dramatúrgico representa uma “grande perda” para todo o Brasil, principalmente para os profissionais envolvidos em dramaturgia, gênero “historicamente elitista e fragilizado em nossa sociedade”. “Difícilmente encontraremos obras teatrais nas livrarias das escolas públicas, por exemplo. Grande parte da população não sabe sequer o que faz uma dramaturga, nem mesmo conhece essa palavra, ainda que tenhamos na Ufrgs uma graduação com essa habilitação”, lamenta.

Elisa também destaca que, para se ter uma ideia da invisibilidade da categoria, os editais de criação dramatúrgica e publicação de dramaturgia são escassos e quase inexistentes. “Da mesma forma, lamentavelmente, as iniciativas de difusão e fomento da dramaturgia são isoladas.”

Segundo Bortolotto, com o atual modelo, em que a Sedac/RS assume a contratação e a remuneração dos jurados do Prêmio Minuano, foram inseridas nesta edição “muitas obras que, no modelo anterior, não poderiam estar concorrendo”. Sobre os critérios para adotar as mudanças, ele afirma que o objetivo foi tornar o prêmio “mais atrativo e relevante”. “A partir disso, nossas prioridades foram: garantir premiação em dinheiro para todas as categorias, remunerar os membros do júri e ter ações de contratação e circulação para premiados e finalistas.”

Ainda de acordo com o secre-

tário-adjunto, a Sedac/RS chegou a cogitar a possibilidade de manter parcerias com universidades para a realização do Prêmio, “o que certamente reduziria os custos”. “No entanto, nós entendemos que muitos escritores estão, hoje, no corpo docente de universidades, e uma correalização criaria empecilhos para participação, como ocorreu no passado.”

“O Prêmio Minuano é uma ação em um conjunto mais amplo. Nós temos um edital para artistas atuarem em escolas com vagas reservadas para atividades de poesia que garantem mais R\$ 90 mil só em remuneração de profissionais da área do livro. Há, ainda, um edital do IEL que vai investir especificamente em algumas das categorias que deixaram de integrar o Prêmio Minuano”, destaca Bortolotto.

Na análise do presidente da Academia Rio-Grandense de Letras, Airton Ortiz, a premiação “evoluiu ao pagar R\$ 30 mil em prêmios”. “Isso valoriza todos os envolvidos. Mas, por outro lado, regrediu muito ao diminuir as categorias contempladas”, pondera. Ele avalia, ainda, que a fusão da literatura para a infância com a literatura para jovens é “um total desrespeito” aos escritores e leitores desses gêneros. “O novo formato do Prêmio é um exemplo de que fazer cultura pública de forma autoritária não ajuda ninguém, apenas desperdiça o dinheiro dos nossos impostos.”

“Estamos nos mobilizando para realizar uma audiência pública, onde pretendemos expor nossos argumentos à Sedac/RS e IEL”, adianta Brito. “Se não houver escuta, partiremos para o Ministério Público”, emenda.